

## SUMÁRIO

Nota prévia à 1ª edição .....	7
Nota do autor à 2ª edição .....	8
Nota à 4ª edição .....	9
À guisa de prefácio, José Souto Maior Borges .....	11

### PRIMEIRA PARTE NOÇÕES INTRODUTÓRIAS Capítulo Único

1. Tributo como objeto da obrigação tributária .....	21
2. Tributo como objeto do direito .....	23
3. Caráter instrumental do direito .....	25
4. Atributividade do direito e técnica jurídica da tributação ...	27
5. O tributo como instrumento jurídico de abastecimento dos cofres públicos .....	29
6. Momento ideal (ou jurídico) da transferência da riqueza e momento fático .....	30
7. Objeto da obrigação .....	31
8. Conseqüências jurídicas da atributividade das normas .....	32
9. Conceito de tributo .....	32
10. Reconhecimento do tributo .....	36
11. O direito tributário se forma em torno do conceito de tributo (que é constitucionalmente pressuposto) .....	37
12. Direito tributário como capítulo do direito administrativo ..	40
13. Estrutura das normas jurídicas .....	42
14. Sanção .....	44
15. Divergência doutrinária quanto à estrutura da norma .....	44
16. Incidência .....	45

### SEGUNDA PARTE ASPECTOS DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA Capítulo Único

17. Norma tributária .....	51
18. Questão terminológica .....	53

19. Hipótese de incidência como conceito legal .....	58
20. Universalidade do conceito de h.i. ....	59
21. Unidade lógica da hipótese de incidência .....	65
22. Fato imponible .....	66
23. Fato imponible e sua subsunção à hipótese de incidência ..	68
24. Nascimento da obrigação tributária .....	68
25. Subsunção .....	69
26. Fato imponible como fato jurídico e não ato jurídico .....	70
27. Caráter unitário do fato imponible .....	72
28. Aspectos da hipótese de incidência .....	76
29. Aspecto pessoal .....	80
30. Sujeito ativo .....	83
31. Parafiscalidade .....	85
32. Sujeito passivo. Desdobramentos do tema .....	86
33. Sujeito passivo nos tributos vinculados .....	88
34. Sujeição passiva indireta .....	89
35. Aspecto temporal .....	94
36. Colocação tradicional do tema .....	96
37. Classificação dos impostos baseada no aspecto temporal da h.i. ....	98
38. Crítica ao critério de classificação .....	100
39. Classificação científica das h.i. quanto ao aspecto temporal .....	102
40. Aspecto espacial .....	104
41. Aspecto material .....	106
42. Base imponible (questão terminológica) .....	108
43. Definição de base imponible .....	108
44. Alíquota .....	113
45. Alíquota e taxa .....	117
46. Determinação do quantum debetur .....	117
47. Dinâmica da obrigação tributária .....	118

### TERCEIRA PARTE

#### CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS TRIBUTOS

##### Capítulo I – Critério de Classificação

48. Considerações gerais .....	123
49. Importância da classificação .....	124
50. Critérios correntes de classificação .....	125
51. Proposições metodológicas .....	126
52. O critério jurídico de classificação dos tributos está na consistência do aspecto material da hipótese de incidência .....	130

## Capítulo II – Tributos não vinculados

53. Imposto, tributo não vinculado .....	137
54. Critério de exclusão para reconhecimento do imposto .....	138
55. “Nomen iuris” .....	139
56. Impostos reais e pessoais .....	141
57. Impostos diretos e indiretos .....	143
58. Os impostos em espécie .....	143

## Capítulo III – Tributos vinculados

59. Espécies .....	146
60. Base imponible .....	150
61. Taxas na doutrina .....	153
62. Referibilidade ao sujeito passivo na taxa .....	156
63. Destinação do produto da arrecadação .....	157
64. Regime das taxas na Constituição de 1988 – Inconstitucionalidade dos preços (tarifas) .....	159
65. Contribuição de melhoria .....	170
66. Norma geral de direito tributário e contribuição de melhoria ..	171
67. Contribuição de melhoria na ciência das finanças .....	172
68. Contribuição de melhoria como tributo .....	174
69. O princípio da atribuição de mais-valia imobiliária, gerada por obra pública, ao estado .....	175
70. Entrosamento sistemático .....	178
71. Outras contribuições .....	182
72. Contraste com a taxa .....	184
73. Critério prático de discernimento entre taxa e contribuição .....	187
74. Contribuições parafiscais .....	187
75. Conceito jurídico do instituto .....	189
76. Regime jurídico tributário dos tributos parafiscais .....	189
77. Contribuições nas Constituições .....	191
78. Designação do instituto da contribuição .....	192
79. Critérios constitucionais e hipótese de incidência .....	193
80. Cunho “especial” do tributo .....	195
81. Direito constitucional brasileiro e princípios informadores das espécies tributárias .....	196
82. Base de cálculo .....	197
83. Destinação do produto da arrecadação .....	199
84. Estrita legalidade e contribuições .....	200
85. Discriminação constitucional de competências .....	200
86. Aspecto pessoal .....	203
87. Regime de imposto e contribuições .....	208